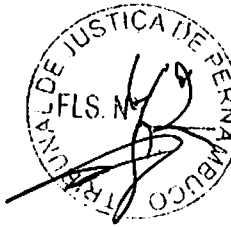




PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



043

Habeas Corpus nº: 0202122-3
Comarca: Recife (5ª Vara Criminal)
Impetrante: Bela. Roberta Rodrigues Pitanga (Def. Pública)
Paciente: Leandro de França Gouveia
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Janeide Oliveira de Lima

5529

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. Alegação de excesso de prazo. Paciente preso há mais de 01 (um) ano, sem que a instrução tenha sido encerrada. Inocorrência. Instrução encerrada. Súmula 52 do STJ. Processo aguardando alegações finais da defesa. Ilegalidade da Prisão Preventiva. Existência. Desnecessidade da prisão do paciente. Ausência de requisitos legais. Furto simples, sem violência contra a pessoa. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0202122-3 da 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital-PE, em que figuram, como impetrante, a Bela. Roberta Rodrigues Pitanga e, como paciente, **LEANDRO DE FRANÇA GOUVEIA**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em **CONCEDER** a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 16 de janeiro de 2010


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



044

Habeas Corpus nº: 0202122-3
Comarca: Recife (5ª Vara Criminal)
Impetrante: Bela. Roberta Rodrigues Pitanga (Def. Pública)
Paciente: Leandro de França Gouveia
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Janeide Oliveira de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pela Defensora Pública Roberta Rodrigues Pitanga, OAB-PE 22.714, em favor de **LEANDRO DE FRANÇA GOUVEIA**, devidamente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital-PE.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante delito, no dia 28 de outubro de 2008, por suposta infração ao art. 155, *caput*, do Código Penal.

Na inicial, a impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, por excesso de prazo, em razão de o paciente encontrar-se preso há mais de 01(um) ano, sem que, até o presente momento, a instrução criminal tenha sido encerrada.

Sustenta, ainda, que foi requerido relaxamento da prisão do paciente, mas o mesmo foi negado pelo Juízo *a quo*, apesar de o Órgão Ministerial ter apresentado parecer favorável à concessão do benefício ao réu.

Sendo assim, requer o deferimento do presente pedido via liminar, com o consequente relaxamento de prisão e a expedição do competente Alvará de Soltura em favor do paciente.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls. 08/18).

O pedido de liminar constante da peça inaugural foi indeferido (fls. 25/26).



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



045

Informações foram solicitadas à autoridade coatora, através do ofício nº 468/2009, de 10 de novembro de 2009 (fls. 27).

Em 18 de novembro de 2009, a autoridade apontada como coatora prestou as informações solicitadas, ofício nº 1184/2009, permitindo-me observar andamento processual até a referida data (fls.31/32).

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa da Procuradora de Justiça Dra. Janeide Oliveira de Lima, ofereceu parecer opinando pela **denegação da ordem** (fls. 36/38).

É o relatório.

Recife, 26 de Janeiro 2010.

Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



046

Habeas Corpus nº: 0202122-3
Comarca: Recife (5ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Bela. Roberta Rodrigues Pitanga (Def. Pública)
Paciente: Leandro de França Gouveia
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Janeide Oliveira de Lima

VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,
Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a),

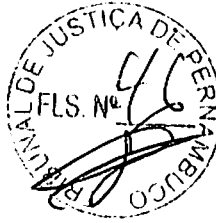
Como já consignado no relatório, a impetrante alega, na inicial, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, por excesso de prazo, em razão do mesmo encontrar-se preso há mais de 01(um) ano, sem que, até o presente momento, a instrução criminal tenha sido encerrada.

Destaca, ainda, que foi requerido relaxamento da prisão do paciente, mas o mesmo foi negado pelo Juízo *a quo*, apesar de o Órgão Ministerial ter apresentado parecer favorável à concessão do benefício ao réu.

De pronto, destaco que, quanto à alegação de excesso de prazo, não há qualquer ilegalidade a ser sanada, pois, em acesso ao *site* deste TJPE, constatei que a instrução encontra-se encerrada, aguardando apenas a juntada das alegações finais.

Portanto, diante da Súmula nº 52 do STJ, entendo que fica superada a alegação de excesso de prazo, diante do término da instrução criminal.

Por sua vez, em relação ao indeferimento do pedido de relaxamento de prisão e de liberdade provisória formulado pela defesa, entendo que o paciente faz *jus* ao pleito constante na inicial do presente remédio.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

047

Analisando-se os documentos acostados aos autos, verifico que assiste razão o Douto representante do Órgão ministerial de 1º grau, que ofereceu parecer favorável à concessão do relaxamento da prisão do ora paciente.

Isto porque, no caso em apreço, não há nos autos elementos que justifiquem a decretação e a manutenção da prisão preventiva do paciente, especialmente quando se analisa a gravidade da conduta, a repercussão do delito no meio social e a periculosidade do agente.

No caso, o paciente já se encontra preso há 01 ano e 02 meses pelo delito de furto simples, ocorrido no supermercado Carrefour, de onde o paciente furtou gêneros alimentícios, sem grave ameaça a qualquer pessoa.

Assim, diante dessa situação, entendo desnecessária a custódia do paciente, posto que ausentes os requisitos ensejadores da segregação preventiva.

Neste sentido:

HABEAS CORPUS - Furto qualificado tentado - Flagrante - Crime cometido sem violência ou grave ameaça - Paciente preso há mais de 5 meses - Configurado o constrangimento ilegal - Ordem concedida com expedição de alvará de soltura clausulado (TJSP: Habeas Corpus 990092130447, Relator(a): Des. Edison Brandão, Comarca: Campinas, Órgão julgador: 16ª Câmara de Direito Criminal, Data de registro: 15/01/2010).

HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO. Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa. Objetos restituídos à vítima. Desnecessidade da prisão preventiva. Excesso de prazo na formação da culpa. Paciente recolhido há mais de seis meses, sem encerramento da instrução. Ordem concedida. (Habeas Corpus Nº 70032887580, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Alberto Etcheverry, Julgado em 12/11/2009).

ISTO POSTO, peço vênia à Douta Procuradoria de Justiça Criminal, e VOTO pela CONCESSÃO da ordem, com a expedição do competente Alvará de Soltura (processo nº 001.2008.044934-5) em favor do paciente **LEANDRO DE FRANÇA GOUVEIA**, salvo se por outro motivo



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



048

estiver preso, devendo o mesmo prestar compromisso de comparecer aos chamados da Justiça.

É como voto.

Recife, 26 de janeiro de 2010.


DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
Relator